



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Previdência e Trabalho
Subsecretaria de Assuntos Corporativos
Coordenação-Geral de Apoio aos Órgãos Colegiados

ATA

**269ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL
DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
- CNPS -**

Brasília, 17 de março de 2020

Esplanada dos Ministérios | Bloco F | Brasília – DF

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS

ATA DA 269ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

DATA: 17 de março de 2020

LOCAIS:

- **Presencial:** Presidência INSS - Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Bloco O, 10º andar, Sala de Reunião da Presidência do INSS, Brasília/DF.
 - **Remota por Videoconferência:** Superintendência Regional de São Paulo.
- Gerência Executivas do INSS:** São João da Boa Vista – SP; Salvador – BA; Maceió – AL, Manaus – AM e Rio de Janeiro - RJ.

PRESENCAS

Representantes do Governo

ME – Bruno Bianco Leal
ME – Naron Gutierre Nogueira
ME – Rogério Nagamine Costanzi
ME – Benedito Adalberto Brunca
ME – Bernardo Schettini
PR – Arthur B. de Vasconcellos Weintraub
INSS – Leonardo José Rolim Guimarães
INSS – Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro

Representações dos Aposentados e Pensionistas

SINTAPI/CUT – José Tadeu Peixoto da Costa
CSB – Bartolomeu Evangelista de França
COBAP – Marcos Barroso de Oliveira
SINDNAPI – Milton Baptista de Souza Filho

Representações dos Trabalhadores em Atividade

FORÇA SINDICAL – Dionízio Martins de Macedo Filho

CUT – Ariovaldo de Camargo

CNPA – Walzenir de Oliveira Falcão

CONTAG – Evandro José Morello

CTB – Fernando Antônio Duarte Dantas

Representação dos Empregadores

CNF – Ênio Mathias Ferreira

CNM – Antônio Mário Rattes de Oliveira

CNA – Carolina Carvalhais Vieira de Melo

CNT – Guilherme Theo R. da Rocha Sampaio

Convidados

IPEA – Luís Henrique da Silva de Paiva

BACEN – Gustavo Martins dos Santos

ABBC – Alex Sander Moreira Gonçalves

ABBC – Marcio A. Araújo

I – ABERTURA

Presidindo a mesa, o Senhor Bruno Bianco Leal, Secretário Especial de Previdência e Trabalho (ME) abriu a 269ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS e deu por iniciada a reunião.

II – EXPEDIENTE

O Sr. Bruno Bianco Leal informou que a votação da Ata da 268ª Reunião Ordinária do CNPS, realizada em 05 de dezembro de 2019, ficaria para a 270ª RO em razão da antecipação da presente reunião.

III – ORDEM DO DIA

O Sr. Bruno Bianco Leal socializou a pauta da reunião, sendo estabelecida: I – Abertura; II – Expediente a) Posse dos Novos Conselheiros; b) Informe sobre a aprovação da Ata da 268ª Reunião Ordinária do CNPS; b) Instrução Normativa nº 19/2020 – Estabelece Orientações aos Órgãos e Entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19). III – Ordem do dia: a) Apresentação: Revisão das regras do crédito consignado - teto de juros e prazo de contratação das operações de operação. Palestrantes: Rogério Nagamine, Subsecretário do Regime Geral de Previdência Social (SRGPS/SPRE/SEPRT); Gustavo Martins dos Santos, Departamento de Monitoramento Financeiro do Banco Central; Alex Sander Moreira Gonçalves, Diretor de Crédito Consignado da ABBC - Associação Brasileira de Bancos. IV – Informes; V – Outros assuntos. Após socialização da pauta, o Sr. Bruno Bianco Leal, franqueou a palavra aos Conselheiros. Com a palavra, o Sr. Benedito Adalberto Brunca explicou que a antecipação da reunião se deu devido a necessidade de reorganização das atividades de trabalho de toda a sociedade, demandada pelo risco da pandemia que o país enfrenta no momento e falou que as reuniões, que tem por objeto a análise de políticas destinadas à população, estão sendo mantidas em caráter excepcional. Destacou que a reunião realizada por videoconferência, visa à proteção de todos, evitando o deslocamento de suas localidades. De pronto, o Sr. Bruno Bianco Leal, iniciou pontuando que o país vive uma situação sem precedentes do ponto de vista econômico, enalteceu o empenho de todos os atores envolvidos nas ações visando às melhores soluções para o momento, em especial, aos agente públicos e privados e salientou que é hora de união entre todos. Disse que as consequências ainda são

desconhecidas, mas todos concordam que trarão efeitos graves para o país, por isso a necessidade de se encontrar soluções rápidas e inteligentes para que, no máximo em quatro (04) meses, o país esteja fora dessa crise. Destacou que, dentre as várias medidas que estão sendo adotadas, a questão primordial do Ministério da Economia é a de lutar para que as pessoas mantenham seus empregos, bem como a preservação das empresas e de todas as atividades econômicas para que o povo brasileiro possa manter suas vidas e sua saúde. Prosseguiu enfatizando que, neste momento, o produto “Crédito Consignado” é uma solução fundamental para ajudar o povo brasileiro e, que o papel do Conselho é entregar uma resolução, com a proposta de redução das taxas de juros e ampliação de prazos que contemple, principalmente, aposentados e pensionistas. Dito isso, passou-se a primeira apresentação. O Sr. Rogério Nagamine Costanzi iniciou sua apresentação sobre “Teto da Taxa de Juros, Empréstimo Consignado do INSS e Prazo das Operações”. De início, citou que a última alteração na taxa de juros do empréstimo consignado e do consignado no cartão de crédito, tinha ocorrido em setembro de 2017, quando, na ocasião, houve uma redução de 2,14% para 2,08% e de 3,06 para 3,0% ao mês, respectivamente. Informou que, naquele momento, a taxa Selic era de 8,25% ao ano, e salientou que, atualmente, a taxa Selic se encontra no menor patamar histórico, taxada a 4,25%, o que abre espaço para a redução dos juros. Acrescentou que, nas discussões técnicas com o Banco Central, foi proposto que se mantivesse o *spread* no mesmo patamar, garantindo a redução da taxa de juros e a expansão do prazo e da oferta, e apresentou uma proposta de redução do consignado de 2,08% para 1,80% ao mês e de 3% para 2,60% para o consignado no cartão de crédito, além da ampliação do prazo das operações de 72 para 84 meses. Após a breve exposição, o Sr. Bruno Bianco Leal passou a palavra para o Sr. Gustavo Santos, representante do Banco Central, para realizar sua exposição. Esse informou que a evolução do consignado permanece sem qualquer tipo de estrangulamento e mostrou que 98% das portabilidades são no crédito consignado, principalmente no INSS. Discorreu que os chamados “ativos problemáticos” aumentaram de forma demasiada, na carteira do INSS quando comparada aos servidores públicos, principalmente a partir do segundo semestre de 2019 e que metade das inadimplências decorrem por causa de óbitos. Salientou que o prazo médio das concessões do consignado está próximo do teto de 72 meses, todavia, acrescentou que desde setembro de 2017, houve um descolamento da taxa média do mercado, em relação ao teto, em que o descolamento passou a acompanhar a redução da Selic do período. Informou que a taxa média do consignado praticada pelo mercado é de 1,76% ao mês, enquanto que o INSS opera com uma taxa que vai de 1,17% a 2,08%, das quais 35% da carteira trabalha entre 1,17% e 1,53% ao mês e, 20% está na

faixa mais elevada, que vai de 1,94% a 2,08%, ou seja, a distribuição está nos extremos. Elencou que os bancos menores (bancos regionais públicos) trabalham com uma taxa em torno de 1,50%, enquanto alguns bancos grandes operam com taxas acima do proposto, que era de 1,80% ao mês. Explicou que a taxa de 1,80% está alinhada ao *spread*, quando comparada com a taxa “DI Futura” utilizada em setembro de 2017. No entanto, a taxa de 2,60% para o cartão de crédito, não fica alinhada com o *spread*, devendo ser 2,72%, aproximadamente. Ressaltou que a aprovação da taxa de 1,80% e o prazo de 84 meses, traria certo impacto, uma vez que 47% do crédito consignado concedido, aos beneficiários do INSS, no 4º trimestre de 2019, foi com taxa superior a apresentada, o que geraria potencial aumento na carteira de crédito. Concluiu que o custo dessas operações, com taxas muito baixas, poderá comprometer a Taxa Interna de Retorno, diferentemente do INSS, que, por sua vez, possui custos maiores e ticket mais baixo. Na sequência, o Sr. Alex Sander Gonçalves, da Associação Brasileiras dos Bancos, iniciou sua exposição sobre o estudo feito entre a FEBRABAN e ABBC. Esclareceu que buscou unir informações importantes para poder balizar a tomada de decisão sobre o corte das taxas. Apontou que, em 2017, a taxa média ponderada dos bancos, que atuavam com consignado, era de 2,04%, no entanto, independentemente do teto, a competitividade entre as instituições bancárias fez essa taxa chegasse a 1,76% ao mês, em janeiro de 2020, ficando muito abaixo dos 6% do crédito pessoal, dos 8,5% do cheque especial e dos 12% do rotativo. Mostrou o aumento do volume de empréstimos concedidos que saltaram de R\$ 65 bilhões, em 2018, para R\$ 78 bilhões, em 2019, com uma média ponderada de 1,69% ao mês. Externou que a taxa média de inadimplência está em torno de 4,1%, considerando a aposentadoria por invalidez, e que 60% da inadimplência decorre de óbitos. Acrescentou que desconsiderando a aposentadoria por invalidez, a inadimplência tem chegado a 6% na faixa etária dos 75 anos de idade. Pontuou a preocupação das instituições bancárias relacionada ao aumento do prazo propiciar ainda mais inadimplência e de comprometer a oferta de crédito das instituições. Alertou que as projeções apresentadas não estão levando em consideração os impactos decorrentes da pandemia do COVID-19. Explanou que a diferença do ticket médio das operações do INSS, que são da ordem de R\$ 3.000,00, enquanto que o ticket médio para os contratos das Forças Armadas chega a sete vezes esse valor. Deste modo, as operações que os bancos fazem, tanto para originar, quanto para manter, tornam a representatividade do custo no convênio, com o INSS, muito elevada para os bancos, principalmente quando se fala de aposentados que recebem até dois salários mínimos. Externou que há uma grande preocupação, do mercado financeiro, com a redução das tarifas, principalmente, porque o ticket médio do INSS já é bem mais baixo. Ressaltou que representam

80% da demanda por empréstimos, atualmente. Explicou que os custos das operações com cartões de crédito ficam na casa dos 46%, sendo, portanto, um produto de custo muito elevado devido as suas peculiaridades operacionais. Salientou as dificuldades que os bancos têm para conseguir dinheiro no mercado, para poder fazer empréstimos, e afirmou que essa dificuldade irá aumentar se o prazo for ampliado para 84 meses. Pontuou, ainda, que após a realização dos cálculos e cenários, em cima da proposta apresentada, surgiu a preocupação de uma forte mudança no cenário econômico (por ocasião da crise), que por sua vez inviabilizaria as operações de crédito consignado, visto que as instituições serão obrigadas a seguir as Normas do Banco Central, que demanda aos bancos, a realização do cálculo de viabilidade econômica. Comunicou que, em pesquisa realizada nos meses de novembro e dezembro de 2019, foi constatado que 65% dos empréstimos contraídos pelos aposentados eram destinados ao pagamento de empréstimos com alíquotas maiores como as de cheque especial e cartões de crédito, o que causou grande preocupação com o possível superendividamento. Externou que o Banco Central divulgou em janeiro, que o volume de crédito na carteira “crédito consignado” foi de R\$ 140 bilhões e, se aprovadas todas as medidas propostas, esse valor irá para R\$ 165 bilhões, sem considerar o aumento que normalmente acontece na carteira, que é da ordem de 10% do montante. Destacou que esse incremento está sendo estimado se apenas 40% dos clientes fizerem uso da redução da taxa e do aumento do prazo proposto. Concluindo sua exposição, apresentou a proposta da FEBRABAN e ABBC que seria pela redução do teto para 1,98% no empréstimo consignado; de 3% para 2,90% no cartão consignado; e quanto ao prazo, entendendo o momento de crise e a função social do crédito consignado, acompanhou a proposta de elevação do prazo de 72 para 84 meses. Finalizadas as apresentações, passou-se aos debates. O Sr. Ênio Mathias Ferreira solicitou que, nada obstante as propostas apresentadas, fosse considerada a manutenção do *spread* que se tinha em 2017, de 0,28 em ambas as situações, o que daria um teto de 1,80% no crédito consignado e 2,72% no cartão. De posse da palavra, o Sr. Marcos Barroso de Oliveira enfatizou sua discordância com a fala do Sr. Alex Sander, no tocante aos riscos dos bancos, visto que é de conhecimento de todos que as margens de lucro são consideráveis. Destacou ainda ser preciso encontrar equilíbrio nas contas para poder contemplar quem solicita valores maiores e, também, valores menores. Salientou que não acredita que haverá falta de dinheiro, porque segundo os próprios bancos, grande parte do empréstimos tomados (65%) são para quitar dívidas maiores e, concluiu afirmando ser favorável a proposta de redução do teto para 1,80% no crédito consignado; de 2,60% no consignado no cartão de crédito, além do alongamento do prazo para 84 meses, na forma proposta pelo governo. Na sequência, o Sr. Fernando Antônio

Duarte Dantas afirmou que a proposta apresentada pela Secretaria de Previdência é tranquilamente suportável pelo Sistema Financeiro, se levada em consideração a margem de lucro que os bancos registram todos os anos, no país. Disse, ainda, que é preciso considerar o atual momento econômico que o país atravessa e concordou com a proposta apresentada de redução do teto para 1,80% no crédito consignado; de 2,60% no consignado no cartão de crédito, além do alongamento do prazo para 84 meses. Com a palavra, o Sr. Ariovaldo de Camargo pontuou que a proposta apresentada não é nenhum sacrifício para o Sistema Financeiro, ao passo que as medidas amenizam os impactos da crise que se aproxima, porém destacou que aumentar o percentual de endividamento dos beneficiários do INSS é um ponto temerário e que precisa de estudo mais aprofundado. Salientou que a equipe econômica do Governo precisa apresentar políticas de tragam segurança para a iniciativa privada e para a manutenção dos empregos, principalmente para os trabalhadores informais. Concluiu informando que concorda com a proposta sugerida pela Secretaria de Previdência, mas deixou claro que a Central Única dos Trabalhadores está preocupada com grande parte da sociedade, para além do Conselho. Antes de passar a palavra à próxima manifestação, o Sr. Bruno Bianco Leal esclareceu que o Governo está absolutamente atento a observações feitas pelo conselheiro, e que muitas medidas já estão sendo pensadas e, a cada dia que passa novas medidas serão anunciadas, na tentativa de minorar o efeito econômico da crise e ajudar as pessoas que, teoricamente, serão as mais afetadas. O Sr. José Tadeu Peixoto da Costa, em sua contribuição, enfatizou que os bancos sempre foram a parte econômica que mais lucra no país, principalmente com a informatização e a redução de pessoal e agências físicas. Pontuou que, em sua visão, a taxa de 1,80% ainda é alta, mas praticável dentro do patamar estabelecido. Afirmou que os bancos jamais vão sair perdendo com o consignado. Salientou que os segurados vão continuar se endividando, porque o custo de vida é alto e os salários não acompanham esse crescimento. Por fim, concluiu que está de acordo com a proposta sugerida pela Secretaria de Previdência. Em sua contribuição, o Sr. Milton Baptista de Souza Filho concordou integralmente com a proposta da Secretaria por entender que os riscos de inadimplência é praticamente zero, ocorrendo só em caso de morte. Destacou que essa sempre foi a posição defendida pelo Sindicato Nacional dos Aposentados e da Força Sindical que, por sua vez, criou a cooperativa de crédito para trabalhar o crédito consignado com INSS, a fim de ajudar na busca por juros mais baixos. Com a palavra, o Sr. Bartolomeu Evangelista de França primeiramente parabenizou toda a equipe e a pessoa do Secretário Especial, Bruno Bianco, pela proposta da taxa de 1,80%. Salientou que a proposta apresentada pela CSB era de fixar a taxa em 70% da média ponderada pelos pequenos bancos, que daria algo em torno de

1,05% e explicou que a proposta é baseada em taxas praticadas por bancos e instituições financeiras que estão trabalhando com taxas de 0,89% a 1,1%. Mostrou sua insatisfação com o posicionamento das instituições financeiras ao alegarem que o idoso dá prejuízo, e parabenizou a proposta da equipe econômica com a qual concordou em sua totalidade. De pronto, o Sr. Bruno Bianco Leal esclareceu que a urgência é de todo o Brasil, falou que o Conselho está aberto para ouvir todas as propostas e pediu a união de todos para que se possa chegar a um consenso que ajude a todos os brasileiros. Os membros do Conselho entraram em consenso quanto às propostas de fixação do teto para consignado em 1,80% e prazo de 84 meses. No tocante à taxa do cartão de crédito, após ampla discussão sobre a fixação da taxa do cartão em 2,60% proposto pelo Governo ou 2,72% proposto pelas entidades bancárias. Devido a urgência do momento, o Sr. Bendito Adalberto Brunca sugeriu acolher a proposta de 2,70% apresentada pelo Sr. Naron Gutierre Nogueira, acompanhada de um posterior debate interno juntamente com a ABBC, FEBRABAN e Banco Central na busca de solução em definitivo. Após o posicionamento de todos, houve o consenso pela aprovação da proposta da Secretaria de Previdência quanto a taxa de 1,8% para o crédito consignado; 2,70% para o crédito no cartão de crédito; prazo de 84 meses e o compromisso de continuar a discussão na próxima reunião do Conselho Nacional de Previdência Social com uma apresentação da FEBRABAN e ABBC sobre o produto “cartão de crédito”.

V – ENCERRAMENTO

Finalizados os itens da pauta, nada mais havendo a tratar, o Conselheiro Bruno Bianco Leal (ME) deu por encerrada 269ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS.